

"A Perspectiva Norte-Americana Nas Novas Relações UE-NATO"

Pedro Sousa*

Introdução

Os EUA têm usado frequentemente a retórica para expressar apoio ao projecto da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) da UE, no sentido de a Europa melhorar as suas capacidades de defesa, e que os aliados operem de uma forma mais eficaz com os EUA na partilha do fardo de segurança. Os defensores do projecto europeu argumentam que as exigências militares da PESD são coerentes com os esforços da NATO para promover as capacidades de defesa e interoperabilidade entre os Estados membros. Salienta-se que a UE tem obtido um progresso relativamente rápido da agenda PESD, e as suas missões nos Balcãs e no Congo demonstram que a UE pode contribuir eficazmente para a gestão de crises, tanto dentro como fora da Europa. Os políticos e membros do Congresso norte-americano insistem que o esforço da UE para a construção de um braço militar para a segurança e defesa da Europa tem que ser vinculado à NATO. Há uma preocupação dos oficiais norte-americanos de que a França, e outros membros da UE, possam continuar a fazer pressão para uma capacidade de defesa mais autónoma que poderá rivalizar com as estruturas da NATO e, em última instância, destruir a garantia de indivisibilidade da segurança transatlântica. Os críticos da PESD preocupam-se com os efeitos e as implicações de uma eventual concorrência UE-NATO, e no geral, alegam que a PESD é uma ameaça ao poder de influência dos EUA na Europa.

A atitude dos EUA para com a PESD é marcada por alguma ambivalência. Os EUA receiam que a PESD esteja a tentar tornar-se numa concorrente da NATO, ou que a UE pode querer fazer da PESD, um contrapeso à NATO: "...the U.S. position has combined an attempt to accommodate the European endeavor, while keeping NATO intact – and the United States in a leadership position in the continent's security. (...) The United States remains sceptical of the success of this project in view of the

shrinking military budgets of the large EU member states, but nonetheless supportive, provided that the primacy of NATO remains unchallenged." (Ibryamova & Kanet, 2002: 17). Washington também tem se mostrado céptica com o planeamento operacional da UE e da diferença de capacidades entre os EUA e os seus aliados europeus, e teme que a PESD possa formar um "conselho europeu" no seio da NATO: "They suggest that the possible development within NATO of an "EU caucus" — pre-negotiated, common EU positions — could complicate alliance decision-making and decrease Washington's leverage." (Archick & Gallis, 2008: 23). Embora algumas vozes europeias favoreçam uma divisão de trabalho onde a Europa se concentra na manutenção da paz, e os EUA em operações de alta intensidade, considera-se que essa divisão é imprudente. Em vez disso, os EUA devem tomar medidas para reforçar as relações transatlânticas, e aceitar que a Europa precisa de alguma da capacidade de planeamento operacional, devendo harmonizar a sua transformação da defesa com a da Europa. A NATO e a UE têm de desenvolver mecanismos para permitir a rápida resposta em tempo de crise, visto que, só assim se consegue uma resposta eficaz. A falta de vontade e apoio, diplomático e financeiro, de alguns aliados europeus na NATO, tem causado frustração e desinteresse em Washington, o que por sua vez, tem levado os EUA a favorecerem coligações com países que têm vontade e capacidade de acompanhamento dos EUA, para as suas campanhas militares na guerra ao terrorismo transnacional. Os EUA precisam de reconhecer que a UE está a tornar-se cada vez mais num actor político de grande importância nos assuntos de segurança, mas a atitude unilateralista, que caracteriza esta administração Bush, não é a mais aconselhável para haver harmonia nas relações UE-NATO.

Para analisar a perspectiva norte-americana das novas relações UE-NATO sobre segurança e defesa é necessário, antes de mais, fazer um enquadramento histórico, ver o que foi decidido e quando, para assim observar o jogo político numa linha temporal. Com o fim da Guerra-Fria, as estratégias tiveram de ser reavaliadas e novas ameaças surgiram para o Atlântico Norte. A Europa, aliviada pelo fim da tensão a Leste, teve um impulso político logo no início da década de 90 para começar a pensar no

próximo passo para o processo de integração, e começou a pensar no aspecto da segurança comum europeia, que era considerado o lado mais débil do projecto europeu tendo sido posto de parte há algumas décadas atrás. O impulso político ficou provado com o estabelecimento da PESC no Tratado de Maastricht. Esta ambição demonstrada pelos europeus, juntamente com o desejo dos EUA continuarem a influenciarem o espectro europeu, foi o combustível para o desenvolvimento do conceito de Identidade Europeia na Segurança e Defesa dentro da NATO, a IESD. Dentro do debate sobre segurança europeia, é imperativo que se aborde os conflitos na Bósnia e no Kosovo, e compreender o porquê da necessidade da actuação da NATO, clarificando, o uso do poder militar norte-americano. Estes conflitos foram o sinal de emergência para os líderes europeus, de tal forma, que deu origem a uma convergência histórica entre Reino Unido e França no final da década de 90, ficando estabelecida a base para o processo que iria criar a Política Europeia de Segurança e Defesa. A PESD é uma política com vários obstáculos no seu caminho, entre os quais, crises políticas como a crise na Europa sobre a Guerra norte-americana no Iraque. A divisão de posições sobre a campanha no Iraque foi humilhante para a UE, causando fricção na relação com os EUA e a NATO. Há quem olhe para a PESD como algo que irá deteriorar a NATO, mas o contrário também é defendido, na ideia que a PESD reforçará a NATO nos aspectos necessários para a sua transformação.

A NATO, a instituição de carácter militar que forma a Aliança entre os EUA e a Europa Ocidental, entre outros membros, tem passado por momentos de redefinição estratégica no âmbito da sua acção e atenção. No debate sobre qual o papel da NATO no século XXI, alguns analistas afirmam que a NATO já não tem valor no sistema internacional e na relação transatlântica, enquanto que outros, defendem que a NATO está na fase natural de transformação para lidar com as novas ameaças e desafios à segurança dos seus países membros. A NATO e a UE têm tido vários pontos de contactos no sentido de modernizar e actualizar a cooperação, entre os quais, o acordo "Berlin Plus". Estudar este acordo e o seu objectivo permite perceber como a NATO tenta defender a sua posição de primazia nos

assuntos de segurança, e, ao mesmo tempo, fomentar o papel militar da UE.

Assim, perceber tudo o que envolve a PESD e a NATO, os seus problemas e possíveis pontos de harmonia, servirá para analisar de uma forma mais nítida a actuação e perspectiva norte-americana nas relações UE-NATO.

1. Enquadramento Histórico das Relações UE-NATO

Em 1991, a URSS implode e assim termina o império soviético. Fim da Guerra-Fria, queda do muro de Berlim e fim da ameaça soviética para a Europa e o Ocidente. A ambição política para tratar de assuntos de segurança e defesa ressurgiu e deu um impulso político na UE para a criação de uma política de segurança comum. Mesmo antes do Tratado de Maastricht e da confirmação da Política Externa de Segurança Comum (PESC), em Novembro de 1991, a NATO adopta um Novo Conceito Estratégico para definir as novas ameaças ao espaço do Atlântico Norte, já que, com o fim da Guerra-Fria e da ameaça soviética, era necessário uma nova orientação e objectivos estratégicos da Aliança. Este nova estratégia da NATO aparece como resposta aos esforços que se iam criando na Comunidade Europeia para progredir, incluindo, nos aspectos de segurança, e era um sinal de alerta, avisando que a NATO e seus líderes não tinham intenção de deixar de existir após o fim da Guerra-Fria. De seguida, em Dezembro 1991, foi estabelecido o Tratado de Maastricht, a Comunidade Europeia passaria para União Europeia, e consagrava-se a criação da PESC como 2º pilar da UE. Mas, logo a seguir a esta demonstração de ambição europeia na segurança, em 1992, surge o conflito na Bósnia, consequência de tensões étnicas e religiosas na região que surgiram depois do fim do Comunismo na Jugoslávia. A Europa, claramente, não estava preparada para conseguir lidar com este conflito e portanto necessitou da ajuda da NATO em 1994 e os EUA mediaram o processo de paz. Este conflito fez lembrar aos europeus que ainda precisavam e dependiam do poder militar norte-americano para a garantia de segurança na Europa.

Em 1993, Presidente dos EUA, Bill Clinton, abraça a ideia geral da Identidade de Segurança e Defesa Europeia (IESD) na NATO, "oficializando" a resposta ao projecto europeu da PESC. Com a IESD pretendia-se que a NATO passasse a ter um pilar europeu mais forte e activo. A IESD é transformada numa realidade institucional na Cimeira da NATO em Bruxelas, em 1994. Nesta cimeira foi aprovado um esforço europeu para desenvolvimento de capacidades militares "Separable but not separate", através da União da Europa Ocidental, considerado o braço armado da Europa. Este passo, servia para garantir a primazia NATO. Este "Separable but not separate" basicamente significava que as mesmas forças e capacidades formariam a base de ambos os esforços da UE e da NATO, mas porções destas forças poderiam ser atribuídos à União Europeia, se necessário. Esse acordo manteria a PESC e a NATO estreitamente ligados, mas também, poderia causar atrito se a NATO e a UE discordassem sobre a atribuição das forças militares ou sobre a afectação de forças já comprometidas noutra missão. Também na cimeira de Bruxelas, Washington sugeriu a ideia de Combined Joint Task Forces (CJTF) que foi aceite pela NATO. As CJTF, na teoria, eram forças multinacionais com o objectivo de aumentar a flexibilidade nas operações de gestão de crises, algo que os EUA apelavam e consideravam de extrema importância para a actuação segura e eficaz em cenários de conflitos. Em 1996, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos membros da NATO, encontram-se em Berlim e é tomada uma decisão, importante na relação UE-NATO, de tornar as capacidades da Aliança disponíveis para missões lideradas pela UE. Este é o início do debate da ideia que iria ser conhecida como os "Acordos de Berlin-plus", mais tarde.

A IESD dentro da NATO não deu o incentivo suficiente para o desenvolvimento de capacidades militares europeias independentes e a resposta veio de dentro da estrutura da UE, no Tratado de Amesterdão da UE em 1997. A UE incorpora as missões de Petersberg vindas da UEO, que vão desde missões humanitárias e de salvamento, a missões de manutenção de paz, imposição de paz, e gestão de crises. Outro passo importante para a coesão e autonomia da UE e outra mensagem forte para a NATO, em particular para os EUA. Mas tal como aconteceu em 1992, logo

após um passo importante da UE, surge outro conflito que vem danificar o progresso europeu nos domínios da segurança. No ano de 1996, surge um conflito no Kosovo, entre sérvios e um movimento independentista kosovar. Este conflito no Kosovo, foi a segunda crise nos Balcãs, na década de 90, claramente uma área sensível e de alto risco para a Europa. Washington inicialmente viu o conflito como sendo um problema europeu que tinha de ser resolvido pelos europeus, mas como a UE foi incapaz de resolver o problema ao longo dos anos, em 1999, os EUA, através da NATO, agiram militarmente contra o regime de Milosevic. Mais uma vez se demonstrou que a UE tinha grandes dificuldades em resolver conflitos mesmo à sua porta, e que estava dependente do poder militar norte-americano para garantir segurança e manutenção de paz no seu território. Analisando tal facto, tornou-se imperativo para que a Europa se desenvolvesse em termos de segurança para que conflitos como nos Balcãs não se repetissem ou fossem resolvidos com sucesso pela UE. Em Dezembro 1998, ocorre a histórica Cimeira de St. Malo, onde França e Reino Unido convergem no tema sobre segurança e defesa europeia. A França, impulsionadora da defesa no âmbito da UE, teve que aceitar que este processo não poderia pôr em risco a primazia da NATO, onde havia o "right of first refusal" que basicamente dizia que a NATO teria o direito de decidir primeiro se interviria ou não numa determinada crise. O Reino Unido, por sua vez, um forte aliado dos EUA e da NATO, permitia que os assuntos de segurança e defesa fossem discutidos fora da NATO, e aceitou que a UE criasse condições concretas para acção autónoma na gestão de crises. Este passo foi fundamental para que depois, se dessem as bases para a criação de uma política europeia de Segurança e Defesa para a UE – PESD. Era como que uma reacção aos conflitos nos Balcãs e uma resposta à IESD que, no entanto, referia o comprometimento com a NATO. Em resposta a St. Malo, a Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, expressou alguma preocupação e enfatizou os famosos 3 D's:

- "No duplication" das capacidades da NATO.
- "No discrimination" contra países membros da NATO que não são membros da UE.
- "No decoupling" do esforço e laço atlântico com os EUA e a NATO.

Em 1999 teve lugar a Cimeira da NATO, em Washington, onde se decide desenvolver a ideias de "Berlin Plus". Nessas ideias, propunha-se que a UE iria ter acesso às capacidades de planeamento da NATO e que as missões lideradas pela UE estivessem dentro do âmbito da NATO, mantendo assim a primazia da Aliança, que declarou que a UE actuaria onde a NATO não estivesse, como um todo.

Uma data importante para a relação transatlântica foi 17 de Dezembro 2002 onde se produziu a "Declaração UE-NATO sobre a PESD", onde se enfatizava a parceria estratégica, a consulta mútua, e a transparência. Nesta declaração estabeleciam-se as linhas para "Berlin Plus" e, em Março 2003, a estrutura desses acordos foi concluída. Estes acordos, que surge dum processo iniciado em 1996, são um esforço dos EUA para controlar a PESD e sua evolução, conservar a primazia da Aliança Atlântica em assuntos de segurança e para evitar a duplicação de capacidades militares, algo que é considerado desnecessário por Washington. "Berlin Plus" é um acordo UE-NATO sobre Segurança que, em resumo, declara o acesso às capacidades de planeamento da NATO para missões-UE de gestão de crises e que os bens e capacidades da NATO disponíveis para missões lideradas pela UE. Mais uma vez, numa tentativa de dar mais credibilidade à Aliança, se estabelece o "Right of first refusal" que diz só se a NATO recusar agir é que a UE pode agir.

Outro momento importante para a relação foi a partir de 2003, quando a PESD começou a ganhar expressão no terreno. Em Março desse ano, ocorreu a transição da missão-NATO na Macedónia para o âmbito da UE "Concordia" com recurso às capacidades da NATO, onde formalmente se estabeleceu a cooperação militar UE-NATO. Depois, em Julho, desenvolveu-se uma estratégia comum UE-NATO para os Balcãs numa tentativa de trazer estabilidade para a região, depois de na década de 90 a região ter sido palco de dois conflitos graves. Em Dezembro de 2004, a UE embarcou noutra missão PESD na Bósnia, com meios NATO de nome "Althea", depois da NATO decidir terminar a missão na zona. Em Junho de 2003, iniciou-se a Operação Artemis no Congo, um marco importante visto ser a primeira missão da UE fora do seu âmbito natural. Foi uma missão-UE de peacekeeping, com cerca de 1400 soldados para por fim às lutas entre

rebeldes e proteger a ajuda internacional. Esta foi uma missão pedida pela ONU, sem haver recurso aos bens da NATO. A reacção da NATO, tal como Washington, foi expressar algum aborrecimento devido ao facto de a UE não ter perguntado formalmente se a NATO desejava participar (Archick & Gallis, 2008:20). Mas este pequeno "incidente" depressa foi posto de parte pelos EUA, visto que a guerra no Iraque tinha começado há poucos meses e

2. PESD e a NATO

Que efeitos terá a PESD para a NATO? Há duas visões distintas. Alguns analistas defendem que a PESD será negativa para a NATO e outros autores defendem que será positiva para o futuro da Aliança.

PESD prejudicial para a Aliança NATO

Para alguns estudiosos, as implicações da PESD estão longe de ser benignas e ameaçam enfraquecer a capacidade europeia para confrontar os novos perigos para a sua segurança (Menon, 2003). O autor identifica quatro potenciais problemas da PESD:

- É um risco para as relações transatlânticas.
- A UE não conseguirá agir eficientemente na esfera da segurança, e as novas competências irão atrasar o processo da decisão necessário para a reacção a alguma crise de segurança.
- Irá desviar atenção da verdadeira questão militar.
- Representa uma ameaça para o bom funcionamento da parceria entre NATO e a UE.

Analisando mais a fundo os aspectos considerados negativos sobre a PESD, uma primeira crítica que surge, relaciona-se com considerações financeiras, isto é, a falta de vontade dos países membros da UE de financiarem adequadamente a ambição europeia de Defesa. A PESD, de facto, pode legitimar um aumento na despesa na Defesa. No entanto, críticos defendem que o aumento dessa despesa será dificilmente conseguido e justificado dentro do seio europeu devido ao aumento

necessário dos impostos e conseqüente receio que possa provocar uma recessão económica, e também devido ao facto de que as circunstâncias do sistema tributário variam entre os países membros da UE.

Outra possível implicação negativa da PESD, seria nas relações transatlânticas, onde o esforço europeu em construir uma alternativa à NATO poderia fazer com que Washington pusesse em causa o propósito da Aliança. Os líderes europeus também arriscam criar uma grande insatisfação nos EUA se falharem no objectivo da capacidade militar e assim falhar na partilha de fardo, fomentando críticas de comportamento europeu de free-rider do poder norte-americano.

Também o processo de decisão da Defesa da UE é alvo de críticas. Haverá possivelmente problemas de eficiência relacionados com os estados-membros e com a liderança institucional. Em relação aos estados-membros, há divisões entre países europeístas e países atlanticistas o que pode criar problemas de consenso nas questões relacionadas com a NATO e EUA. No caso da liderança, na UE, ao contrário da NATO, não há uma lógica de hegemonia devido ao princípio da igualdade entre estados-membros. A liderança institucional é exercida pelo estado-membro na presidência do Conselho Europeu durante seis meses. Há países que não têm o peso político necessário ou a capacidade de conhecimento para tratar dos assuntos mais importantes.

Nas relações da PESD com a NATO, os críticos sugerem que há o perigo de duplicação de esforços e competição desnecessária e arrisca eliminar uma "divisão de trabalho" que seja eficaz, já que a UE está bem adaptada nas missões de reconstrução e policiamento e deve deixar os assuntos de alta intensidade militar para a NATO, a fonte militar mais credível e capaz.

PESD benéfica para a Aliança NATO

Há também quem considere que PESD irá ter conseqüências positivas, não só para a UE, mas também para os seus aliados, fortalecendo assim a NATO e a relação da UE com os EUA (Howorth, 2003). O balanço estratégico entre a Europa e os EUA, desde 1945, tem pesado a favor dos

EUA, no que se refere a liderança, capacidade militar e vontade de atacar. A UE tem sido eficiente na segurança soft mas não será razão para que esta distribuição seja desejável ou preservada indefinidamente. Há razões para achar que uma Aliança mais balanceada será mais saudável. Também é reconhecido que há membros da UE com diferentes atitudes para com a NATO e a integração europeia, sendo certo que será um desafio chegar a um acordo em determinadas situações, mas não é, de todo, impossível e algum progresso já foi alcançado. O processo decisório que envolve a PESD necessita de bastante engenharia institucional para que seja otimizado e rápido, mas um ponto fulcral para a análise à PESD é a noção que esta política é recém-nascida e como tal é ainda bastante cedo para decretar o seu possível fracasso.

O acordo universal é de que a UE ainda não está preparada para missões de combate de alta intensidade, mas que daqui a 10 anos, possivelmente já tenha uma força preparada para esse tipo de combate. De facto, a autonomia militar da UE deixou de ser uma simples aspiração política e passou a ser uma necessidade funcional, principalmente com os conflitos na Bósnia e no Kosovo, na década de 90, que provaram que os EUA ainda eram a única solução que a Europa tinha para lidar com conflitos no seu território.

Considerando as relações UE-NATO, aqueles que defendem que a PESD será positiva para a Aliança, afirmam que a PESD não pretende ser um competidor da NATO, mas sim, deverá trabalhar em harmonia. Será de prever que o privilégio "Right of first refusal" da NATO possa ser contestado no futuro. Este direito que diz que qualquer campanha militar terá primeiro de ser debatida na NATO, é considerado desnecessário já que não será provável que a UE não permitisse aos EUA a entrada numa missão de interesse norte-americano.

Em relação à "divisão do trabalho", a separação "EUA-conflitos alta intensidade/UE-conflitos de baixa intensidade" é considerada contraproducente para a Aliança. A necessidade de sinergias e interoperabilidade das forças militares requerem que tanto os EUA como a UE cooperem nos dois tipos de conflitos, portanto, justificando a necessidade da PESD e do aumento da despesa no orçamento de Defesa

européia, para uma Aliança mais forte e uma segurança colectiva real, algo que é esperado também por Washington (Winn, 2003:159).

A Situação da NATO

Depois do fim da Guerra-Fria, previa-se que a NATO acabasse já que a ameaça soviética que tinha fomentado a Aliança, havia desaparecido. No entanto, ficou claro que os EUA tinham interesse em continuar esta aliança, tal como os europeus: EUA precisam da NATO para legitimar a sua presença e influência na Europa e a UE precisa da NATO e do seu poder militar para a segurança do seu território. O estado da NATO é tema de debate científico, havendo quem defenda que a NATO está morta e quem defenda que a NATO está viva (Howorth, 2003):

Alguns analistas defendem que a NATO como instrumento militar está morta. Esta ideia provém de argumentos como os efeitos negativos do alargamento que arrisca tornar a NATO numa conferência política que pode trazer mais problemas que soluções nos países de Leste europeu; o gap militar existente entre os membros da NATO que reforça a ideia de os EUA, no futuro, continuarem a favorecer actuações unilaterais, fora do contexto NATO; a própria natureza das alianças, onde se verificam que os objectivos e prioridades estratégicas não são tão homogéneas como deveriam ser, principalmente desde 11 de Setembro de 2001, e que indicam duas abordagens diferentes em relação às ameaças da segurança global.

No entanto, outros analistas defendem que a NATO está viva e em transformação e que a PESC terá um papel fundamental nesse processo de recriação duma comunidade transatlântica onde a NATO reinventar-se-á baseada em normas, valores e partilha e adaptação militar. Um tipo de transformação vê a NATO como continuando a servir de simples garante de estabilidade regional. Outro vê a NATO como uma aliança pseudo-global, reconfigurada para os desafios do terrorismo internacional e ordem mundial, com os dois lados do atlântico lado a lado, sem limites geográficos de acção. Há quem apele, também, a um novo tratado mais abrangente (Lebl, 2004:10). O sexagésimo aniversário da NATO em 2009, será uma oportunidade para revitalizar a organização transatlântica, e, no seguimento

da eleição presidencial dos EUA deste ano, reconstruir um consenso na segurança, e no papel da UE no futuro próximo.

Actuação "out-of-area"

A actuação da NATO, fora do contexto clássico, isto é, o território do Atlântico Norte, tem sido tema de debate nos esforços de reencaminhar a NATO para o século XXI. Num discurso em 2002, Bush referiu que a NATO é muito importante para a estratégia norte-americana e valorizou sobretudo o papel que terá nas actuações "out-of-area" e não tanto o papel da defesa europeia (Lebl, 2004:11). Em meados de 2003, surgiram propostas porque a NATO tomasse o comando na força internacional de segurança no Afeganistão. Tal não se concretizou, já que a missão continua sobre o comando da ONU. A NATO está restringida a missões de estabilização à volta de Cabul. Este papel semi-oficial no Afeganistão, apesar de significativo em termos simbólicos, não pode ser visto como uma nova direcção política. Exemplo disso é a controvérsia sobre as propostas para a NATO desempenhar missões de peace-keeping no Iraque. Vários países-membros não querem que a NATO seja mais um instrumento para a guerra norte-americana. Mesmo assim os EUA propuseram que a NATO ficasse responsável pela destruição de qualquer stock residual de ADM's que pudessem aparecer. Também em 2003, a Noruega propôs que a NATO fosse usada para ser uma força entre Israel e a Palestina. Esta proposta foi rejeitada pelos EUA o que demonstra que o papel global da NATO e as actuações "out-of-area", está politicamente dificultado, e depende bastante da vontade norte-americana.

Problemas na Relação UE-NATO

A grande controvérsia europeia sobre a Guerra do Iraque de 2003 causou uma enorme crise de identidade na UE e na relação com os EUA. No seguimento da invasão norte-americana ao Iraque houve na UE uma divisão de posições: Alguns países, considerados atlanticistas, como o Reino Unido, apoiaram os EUA; Outros países, nomeadamente europeístas como França e

Alemanha, eram contra a guerra. Foi uma questão humilhante para a UE, um sinal de fraqueza e desunião, algo que a UE realmente não precisava para a relação com os EUA. Em resposta a esta crise, Javier Solana, alto representante para a PESC, preparou a Estratégia Europeia de Segurança que delineava os principais perigos estratégicos para a UE como o terrorismo, as ADM's, os chamados estados-falhados, os conflitos regionais e o crime organizado. Serviu para demonstrar publicamente as semelhanças entre prioridades estratégicas da UE e EUA, ou seja, para limpar a imagem da UE aos olhos dos EUA. Devido a esta polémica, a PESD parecia estar doente. Mas de facto, esta crise de identidade deu novo fôlego à PESD devido à necessidade emergente de coordenação de políticas nos casos de ameaças no exterior.

Outro problema surgiu com a crise "Berlin Plus" com a Turquia. Envolve a questão territorial com a parte norte do Chipre. A Turquia controla a parte norte da ilha, à qual deu nome de República Turca do Norte do Chipre. Esta república, que declarou a sua independência em 1983, só é reconhecida internacionalmente como estado soberano pela Turquia. A Turquia, membro da NATO, opunha-se ao acordo de "Berlin Plus" já que Chipre estava no caminho para se tornar membro da UE e não queria que o estado cipriota tivesse acesso aos bens NATO. O problema foi depois ultrapassado com a pressão do Reino Unido e EUA, ficando estabelecido que a UE não poderia ter uma operação militar contra um membro da NATO, e a aceleração do processo de integração turca na UE. Esta resolução permitiu que se concretizassem os Acordos de "Berlin Plus" (Davis, 2003: 217).

A PESD ainda tem alguns problemas que irão aparecer à medida que for evoluindo. Terá de se enquadrar no papel que a UE tiver no futuro, sendo que a UE poderá, no extremo, ser apenas um grande mercado integrado ou, por outro lado, um actor político global de grande relevância. Não se pode esquecer, que tal evolução, terá de ter em conta o grande parceiro da UE, os EUA. A UE e os EUA estão interligados numa pluralidade de redes, e portanto a evolução não poderá ser feita separadamente.

Ao nível militar existe um gap tecnológico reconhecido por todos os líderes, entre a UE e os EUA. Os EUA têm uma força militar de elite, modernizada, com poder financeiro, altamente organizada, numerosa,

altamente treinada, e apoiada por um forte e inigualável poder de fogo, ao nível de mísseis, bombas, sistemas de satélite, etc. Apenas o Reino Unido tem capacidade para acompanhar os EUA nas suas campanhas (Winn, 2003: 151). Tudo isto contribui para outro problema que surge na relação transatlântica militar que é a fraca interoperabilidade das forças militares. O padrão europeu ainda está relativamente longe do nível avançado norte-americano e portanto, em situação de conflito, não é aconselhável que haja um elo mais fraco claro, já que a tolerância para o erro é zero.

Outro problema para a relação UE-NATO é a diferença nas culturas estratégicas de segurança e defesa. A Europa tem um forte desígnio diplomático, conhecida por ser uma "force for good", de promover a diplomacia, de resolver os conflitos através do diálogo e da moderação, de estabelecer contactos multilaterais onde todos os estados terão a mesma relevância, enquanto que EUA têm sido famosos ao longo do tempo pelo seu lado militar, por promover o uso e investir fortemente no seu braço militar, pela intervenção em conflitos no mundo, pela democratização pela força e portanto, os debates em torno da estratégia tem vários pontos de fricção no laço transatlântico. Consequentemente, estes problemas provocam outro ponto negativo na relação que é o desinteresse norte-americano no uso da NATO para campanhas militares. É muito importante referir para analisar correctamente esta relação que, os EUA e seus líderes, não gostam de ter restrições nas suas acções, principalmente acções militares. Estes caprichos decorrem do seu estatuto no sistema Internacional, a única super-potência, e daí possuem esta margem de manobra que lhes permitem acções unilaterais.

Vários autores consideram que é necessário que o motor da PESD seja franco-britânico, o motor que iniciou o processo. Isto porque, são dois países com "bagagem" no sistema internacional, são os "cabeças de cartaz" da Europa, e tanto a França como o Reino Unido têm atributos que, trabalhando em harmonia, podem ser a solução para os dois lados do Atlântico. O Reino Unido estabelece a ponte com os EUA, enquanto é esperado que a França reivindique e fomente a autonomia europeia, resultando numa evolução viável e unida. A questão da liderança também é debatida pelos analistas. Na NATO, o papel de líder destacado é dos EUA,

ultrapassando os problemas causados pela possível falta de unanimidade. Na Europa há alguma ambiguidade, em relação à liderança, causada pela rotação semestral da presidência da UE. Origina mudança e reestruturação a cada seis meses, e não ajuda à evolução das políticas, que alguns países não têm capacidade para lidar com tudo o que é necessário fazer numa presidência. Apesar disto, é necessário referir que a UE e suas missões de manutenção de paz e policiamento têm evoluído, e "In "EU time", that is very rapid progress indeed." (Lebl, 2004: 3).

Divisão de trabalho

Como consequência das campanhas militares do Afeganistão e do Iraque, os EUA, actualmente, dão muito mais importância às missões que não são de conflito de alta-intensidade, missões como operações de pós-conflito e de estabilização e reconstrução. Um bom exemplo disso é a missão da NATO no Afeganistão, uma missão bastante complexa e de grande envergadura. Desde os ataques terroristas aos EUA de 11 de Setembro de 2001, os aliados têm tentado transformar a capacidade da NATO de forma poder combater as ameaças terroristas fora do teatro europeu. A NATO está a procurar ser "global" no seu alcance geográfico e no desenvolvimento de acordos com países-terceiros que consigam ajudar na realização de uma missão. Esta mudança objecto de foco da NATO reflecte um consenso na Aliança que os principais perigos para a segurança dos seus estados membros estão distantes da área do tratado político e exigem novas ferramentas e capacidades militares para as combater. Assim decidiu-se que era necessário combater o terrorismo na sua origem, e como consequência, o esforço da NATO no Afeganistão é a primeira missão da aliança fora da Europa: "NATO's expanded ambit is a result of the new global politics that emerged after the Cold War. Today, terrorists born in Riyadh and trained in Kandahar, hatch deadly plots in Hamburg to fly airplanes into buildings in New York. Such interconnection means that developments in one place affect the security, prosperity, and well-being of citizens everywhere. NATO has recognized that the best (and at times the only) defense against such remote dangers is to tackle them at their

source." (Daalder & Goldgeier, 2006). O objectivo da missão é a estabilização e a reconstrução do Afeganistão. Embora a NATO, no passado, já tenha realizado missões de estabilização e reconstrução, por exemplo no Kosovo, o âmbito desta campanha no Afeganistão é consideravelmente mais difícil. Os Taliban e a Al Qaeda continuam a resistir à operação, o Afeganistão nunca teve uma administração com um bom funcionamento, e a distância do país da Europa e EUA apresenta obstáculos assustadores. Perante isto, as capacidades civis da PESD começam a ser reconhecidas pelos EUA como bastante úteis no futuro dos assuntos securitários. A questão que então surge é a divisão de trabalho, e será que tal deverá existir. Para alguns analistas, a divisão de trabalho entre PESD(segurança da Europa) e NATO(segurança global) talvez não seja uma boa solução já que poria em questão o conceito de indivisibilidade da segurança da NATO, reduziria a influência europeia no globo, criando maior dependência dos EUA, perpetuaria o gap de capacidades, já que não haveria incentivo para fazer investimentos militares, não seria politicamente sustentável nos EUA, já que o público norte-americano não aceitaria que os EUA ficassem com a tarefas dos "sacos de cadáveres", e, por último, fomentaria o unilateralismo norte-americano, visto que os seus parceiros europeus não conseguiriam acompanhar os EUA (Larrabee, 2006: 183). Noutra perspectiva, a PESD poderá ser uma espécie de carreira e a NATO uma apólice de seguro (Lebl, 2004:11).

Para os EUA, a NATO continua a ser vista como um trunfo importante. É, daí, relevante verificar que cenários poderão ser desenvolvidos. Num primeiro cenário, poderá haver uma primazia da NATO. A divisão de trabalho seria: missões de baixa intensidade para UE e missões de alta intensidade para NATO, ou seja, EUA. Num segundo cenário, poder-se-á ver uma UE forte, sendo um parceiro global dos EUA com capacidade para assegurar, não só o seu território, como possíveis locais de crise em todo o globo, e se necessário, responder aos conflitos considerados de alta intensidade. A cooperação entre a UE e os EUA seria feita através da NATO, aproveitando a Aliança como um facilitador de coligações, num papel mais organizacional. Outro cenário, considerado muito improvável pelos analistas, seria a separação da NATO, uma separação que poderia ser

progressiva devido ao unilateralismo contínuo dos EUA, uma PESD verdadeiramente autónoma e a acentuação das diferentes estratégias e modos de actuação, ou, separação súbita devido a uma crise política extremamente grave. É considerado muito provável que a NATO continue a ser uma plataforma transatlântica importante a nível político e militar, e que a PESD irá evoluir a seu ritmo. A divisão de trabalho conflitos "hard-EUA; soft-UE", é considerada a natural nesta altura devido à realidade do super-poder militar norte-americano, mas duvida-se que no longo prazo seja sustentável devido à contínua posição de segundo plano da Europa. A UE necessita de se autonomizar militarmente, não só porque o chapéu militar dos EUA poderá estar, no futuro, demasiado ocupado para tratar de crises na Europa, mas também porque é mais um passo para a lógica de integração política e actuação global credível, realmente capaz.

3. A Perspectiva Norte-Americana: Cepticismo, Ambivalência e Unilateralismo

As diferenças estratégicas de segurança, entre os EUA e a Europa, giram em torno da avaliação da ameaça, das instituições de defesa e das capacidades militares. A administração norte-americana tem apelado constantemente para o reforço das capacidades de defesa europeias para permitir que os aliados partilhem o fardo de segurança de uma maneira mais eficaz, e para garantir que as missões NATO do pós-Guerra Fria missão abracem a luta contra o terrorismo e a luta contra a proliferação de ADM's. A maior parte dos estados membros da UE desejam boas relações UE-NATO, mas também consideram a PESD como a criação de mais opções para lidar com futuras crises, sobretudo nos casos onde os EUA possam ter relutância em participar. Os decisores norte-americanos vêm com bons olhos os esforços da UE para desenvolver uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), desde que este projecto permaneça vinculado à NATO e não seja uma ameaça às relações transatlânticas, e é precisamente este receio que gera muito cepticismo em Washington, quando se fala em PESD. Há uma grande preocupação norte-americana em que se gaste com eficiência o escasso capital europeu para a Defesa, pelo

que se considera que a PESD pode representar um desperdício dos bens militares europeus. Existe o receio de que haja a alienação dos membros da NATO que estão fora da UE (Noruega, Islândia, Turquia). Também se corre o risco de se estar a criar estruturas militares rivais, que atrasarão o processo de resposta dos EUA e UE às futuras crises, que necessitam de respostas céleres para serem eficazes. Os EUA receiam que a PESD se torne concorrente da NATO. Há também a oposição norte-americana aos "European caucus", ao considerar-se que a PESD poderá formar um bloco europeu dentro da NATO que diminuirá o controlo norte-americano e que prejudicará o processo de decisão da Aliança (Larrabee, 2006). Isto denota alguma inconsistência dos EUA, visto que, com o processo da IESD e dos Acordos de Berlin-Plus, os EUA estão a tentar reforçar o lado europeu da NATO para que haja maior envolvimento securitário dos governos europeus na Aliança Atlântica. Há um receio norte-americano de a NATO e os EUA sejam alienados pelos aliados europeus: "The most serious objection has been the perception of the Europeanization of the alliance as a step toward the eventual decoupling of the alliance. From a more practical point of view, the leadership in Washington could scarcely imagine security crises that would not involve NATO and the United States." (Ibryamova & Kanet, 2002: 16).

Não parece haver dúvidas que a PESD tem sido tratada com ambivalência por parte dos norte-americanos. Os EUA ainda não decidiram se a PESD é competição ou companheira da NATO. Por um lado querem e precisam de um parceiro europeu mais forte para lidarem com as novas ameaças de segurança, mas ao mesmo tempo, Washington não quer que a PESD fuja do controlo da NATO e ponha em causa a primazia desta. Os EUA receiam que a PESD se torne num rival da NATO, mas tal medo parecem ser exagerados visto que falta bastante músculo e vontade à UE para poder competir com os EUA. Há também alguma inconsistência de discursos e atitudes quando os EUA defendem que há um enorme gap militar na NATO que tem de ser diminuído, e se prossegue ao alargamento da NATO a países de leste europeu com capacidades militares muito reduzidas que só aumentam o gap. Um bom sinal para a relação UE-NATO é a aparente atitude mais atlanticista do Presidente francês Sarkozy e da Chanceler

alemã Merkel, em comparação com os seus antecessores (Archick & Gallis, 2008:14).

A atitude norte-americana na última década, não só perante a Europa, mas em termos gerais, tem sido consensualmente considerada como unilateralismo norte-americano, que se intromete, como seria de esperar, nos assuntos de segurança da Europa: "The Administration's National Security Strategy (2002) notes that the United States reserves the right to take military action "to forestall or prevent... hostile acts" by an adversary. While most allies would concede such a right, some view the doctrine as an example of U.S. unilateralism at the moment of U.S. global military pre-eminence." (Archick & Gallis, 2008:4). A atitude dos EUA, em resposta à invocação do artigo 5º, no seguimento dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, foi de "don't call us, we'll call you". Na preparação para a resposta norte-americana aos ataques, os estrategas do Pentágono defendiam que a missão definiria a coligação, deixando claro que os EUA iriam responder como queriam e com quem queriam. A campanha dos EUA no Iraque é outra prova de unilateralismo norte-americano que causou controvérsia e divisão na UE, como se referiu anteriormente, no ponto 3.5. Actos como a saída dos EUA do Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos, do Protocolo de Kyoto, e do Tribunal Penal Internacional criaram alguma atrofia nas relações transatlânticas. Uma das causas deste unilateralismo norte-americano no engajamento militar é o gap tecnológico militar que existe entre os EUA e os aliados europeus. É provável que este gap de capacidades continue, já que não parece que a despesa em Defesa vá aumentar na Europa. Seria necessário que os governos europeus aumentassem os impostos, algo que não seria bem recebido no público europeu. Washington defende que o público europeu não vê justificação no investimento em Defesa porque habituou-se a não ter guerras no seu quintal. A fraca interoperabilidade das forças militares, também é uma das razões que levam os EUA a quererem agir sozinhos ou apenas com quem consiga acompanhar de uma forma eficiente em combate. Com a administração Bush as diferenças nas culturas estratégicas acentuaram-se bastante. A Europa caracteriza-se como uma "force for good" enquanto que os EUA demonstraram uma crença e doutrina para a democratização pela

força, em qualquer região do globo. Uma grande razão para o unilateralismo norte-americano é, também, a frustração de Washington pela fraca despesa em Defesa europeia. Em 2006, o ex-Secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, referiu que apenas seis estados membros da NATO cumpriram com o nível mínimo de despesa militar estabelecido pela Aliança (De Nevers, 2007:60). Assim os EUA, apesar de promoverem a NATO, favorecem a liberdade de acção, em detrimento de restrições burocráticas multilaterais, para a resposta aos ataques 11 de Setembro, e conseqüente guerra ao terrorismo: "The United States further promotes NATO as a vehicle for the transformation of the armed forces of its European allies, with the aim of increasing their "usability", and continuously urges Europeans to spend more on defence.(...) At the same time when it comes to actual military operations the United States seems to prefer ad hoc coalitions of the willing over NATO-led operations. The aversion to "warfare by committee" goes back to US complaints over cumbersome decision-making during the Kosovo campaign." (Biscop, 2006:5). Tal ficou explicito na National Security Strategy de 2006, onde se referia que as instituições internacionais actuais têm a sua relevância no sistema internacional, mas em vários casos, coligações podem responder mais rapidamente, e o próprio Rumsfeld referiu no Quadrennial Defense Review Report de 2006 que era necessário evidenciar a diferença entre "static alliances versus dynamic partnerships", e o Pentágono favorecia o dinamismo (De Nevers, 2007: 39).

Conclusão

O projecto IESD foi uma clara tentativa dos EUA continuarem a controlar a Europa depois do fim da Guerra-Fria, em resposta à PESC que estava a ser elaborada pelos europeus. Com o fim do inimigo estratégico da Aliança, redireccionou-se a NATO para uma maior dinâmica e esforço europeu na segurança do território, evidenciando sempre a primazia da NATO como base fundamental de qualquer progresso. A resposta europeia veio de dentro da UE com a PESD. Os líderes europeus estavam com bastante ambição política e constataram com os conflitos nos Balcãs que

era necessário dotar a UE de uma força militar capaz de lidar com cenários de crise e sair da dependência militar dos EUA. Pode-se especular ainda que o processo para a PESD pode ter sido acelerado pela IESD. Apesar da notória incapacidade europeia demonstrada nos conflitos dos Balcãs, pode-se dizer que a concorrência da IESD deu um empurrão à PESD. Esta política é um sinal da ambição política europeia em na temática de Segurança e Defesa, para deixar de ficar a dever favores aos EUA, para dar continuidade ao esforço de integração europeia, e para dar uma voz única à Europa.

Também se pode verificar que as controvérsias que surgiram não foram suficientes para quebrar a PESD. Tem havido progresso no terreno com a passagem de missões-NATO para missões-PESD, e alguns analistas defendem até que o projecto está mais forte depois das controvérsias (Howorth, 2003: 245). Washington afirmou em variadas ocasiões a necessidade de partilha de fardo. Contudo, os EUA ao longo do tempo, demonstraram que não querem que haja duplicação das capacidades, algo que é considerado completamente desnecessário. É de comum acordo que a PESD é um projecto que não pode falhar, sob pena de aumentar o descontentamento norte-americano com as intenções europeias e fomentar ainda mais as acções unilaterais dos EUA.

Quanto ao futuro da NATO, o divórcio transatlântico não é opção. A UE e os EUA estão demasiados interligados numa conexão de redes multilaterais financeiras, políticas, económicas, sócio-culturais. Estão num ponto sem retorno fundamentado em valores, ideias e princípios comuns: "Europe and North America can thus be said to constitute a true "security community". It is because of the communality of values that even though not all EU member states line up behind the United States on every occasion, Europe still remains the most solid ally of the United States" (Biscop, 2006:16). Os líderes de ambas as partes não se podem esquecer que estão no século XXI e que estão do mesmo lado da barricada na defesa da democracia, segurança e bem-estar. A divisão de trabalho não é uma boa solução para o futuro, quer para a NATO, quer para a PESD. Não é aconselhável que, no futuro, a UE apenas complemente a NATO numa divisão de actuação em conflitos hard-EUA/soft-UE, já que a dependência continuará, e o gap militar também, devido ao fraco incentivo para a

despesa no orçamento de defesa. Na perspectiva norte-americana, tal não será politicamente sustentável devido ao elevado número de mortos que ocorrem nas missões de alta intensidade. É necessária uma UE autónoma, na hipótese de os EUA estarem ocupados e desgastados com as suas campanhas, para lidar com novos "Kosovos e Bósnias". Como tal, a UE necessita de melhorar as capacidades e tecnologia militar para ser actor relevante globalmente e para melhorar a interoperabilidade entre tropas. Para os EUA, toda ajuda seria bem-vinda na guerra ao terrorismo, desde que seja um contributo que esteja sob controlo norte-americano. Daí haver este jogo ambivalente norte-americano para conquistar ajuda e ao mesmo tempo, agir sem restrições internacionais, ou pelo menos, com primazia. Tal jogo tem e terá, sem dúvida, efeitos no desenvolvimento da segurança europeia e na relação UE-NATO.

De facto, a perspectiva norte-americana das relações UE-NATO é bastante influenciada pelo unilateralismo norte-americano, que decorre do sistema unipolar norte-americano que se desenvolveu após o fim do sistema bipolar da Guerra-Fria, e da doutrina Bush que foi acelerada pelo terrorismo transnacional nos EUA. Com o fim da ameaça soviética Washington começou a acalmar o seu interesse estratégico na Europa, e houve a mudança de foco para o Médio Oriente, fazendo todo o sentido que as missões nos Balcãs estejam a passar para a competência da UE. A NATO é uma zona de influência da política norte-americana na Europa importantíssima para os EUA e, como tal, Washington tem o objectivo de manutenção, dinamização e alargamento dessa influência. Daí que os EUA lutem e usem todo o seu poder para que a primazia da NATO nos assuntos de segurança europeia, subsista e prevaleça. No que se refere a acção propriamente dita, os EUA, demonstraram uma preferência pelas coligações menos burocráticas, em detrimento do uso da NATO.

Para os EUA, a UE necessita de melhorar as capacidades militares para ser levada a sério e a PESD poderá ser a resposta. Idealmente para os EUA, o desenvolvimento da PESD será complementar à NATO e não concorrencial, mas existe esse receio que a Europa fuja do controlo norte-americano. Os EUA querem a contribuição europeia para a partilha do fardo, mas também desejam alguma "subserviência" dos aliados europeus ou pelo

menos, garantia de sintonia com os interesses estratégicos de segurança norte-americanos. Assiste-se, então a uma tentativa de acomodamento norte-americano do projecto europeu de segurança, isto é, manter a NATO intacta, com toda a primazia, e garantir a liderança norte-americana nos assuntos de segurança do continente europeu. Um continente protegido pelo poder militar norte-americano é um continente que depende dos EUA, e como tal, fica em dívida para com Washington. Seja como for, verifica-se um cepticismo norte-americano em relação à PESD, e à capacidade de concretização do projecto europeu, tendo em conta a diminuição dos gastos na Defesa dos Estados-membros da UE, e a doutrina estratégica da UE de diplomacia multilateral. E com este cepticismo, há quem já coloque a possibilidade de um possível abandono norte-americano da NATO no médio/longo prazo, mas tal possibilidade é bastante improvável (De Nevers, 2007:65). A NATO tem um efeito de dissuasão para potenciais inimigos da aliança, e é um fórum de debate crucial para os EUA. Só na NATO é que os EUA têm voz nos assuntos securitários europeus, e daí a intenção de se continuar com os alargamentos da aliança. A NATO representa uma enorme fonte de legitimação internacional e de poder de influência, onde os EUA trabalham arduamente para que haja uma extensão dos seus valores, ideais, e sistemas socio-económicos, e assim haja uma continuação da hegemonia norte-americana.

Bibliografia

Fontes Primárias:

Gates, Robert Michael (2008) Speech at the 44th Munich Conference on Security Policy (02/10/2008), em <http://www.securityconference.de/konferenzen/rede.php?sprache=en&id=216>

Final Communiqué (1996) Ministerial Meeting of North Atlantic Council Berlin 3 June 1996, NATO Communiqués, em <http://www.nato.int/docu/pr/1996/p96-063e.htm>

NATO Handbook (2002) "Evolution of ESDI", in Chapter 4: the European Security and Defense Identity, NATO Publications, em <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb0401.htm>

NATO Handbook (2002) "NATO-EU Relations", in Chapter 4: the European Security and Defense Identity, NATO Publications, em <http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb0403.htm>

NATO Press Release (2003) "EU and NATO agree concerted approach for the Western Balkans", NATO Press Releases, em <http://www.nato.int/docu/pr/2003/p03-089e.htm>

Solana, Javier (2002) "Remarks by Javier Solana, EU High Representative for the Common Foreign and Security Policy following the agreement on the establishment of EU-NATO permanent arrangements", Bruxelas, em <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/73803%20-%20Solana%20-%20Permanent%20arrangements%20+%20NATO%20declaration.pdf>

SHAPE information "Berlin Plus agreement", SHAPE-EU cooperation, NATO, em http://www.nato.int/shape/news/2003/shape_eu/se030822a.htm

Fontes Secundárias:

Daalder, Ivo and James Goldgeiger, (2006) "Global NATO," *Foreign Affairs*, Vol. 85, no. 5, September/October, pp. 105-113.

De Nevers, Renée, (2007) "NATO's International Security Role in the Terrorist Era", in *International Security – Volume 31, Number 4*, pp. 34-66.

Howorth, Jolyon, (2003) *ESDP and NATO: Wedlock or Deadlock*, *Cooperation and Conflict*, (38)3: 235-254.

Howorth, Jolyon, (2003) "Why ESDP is Necessary and Beneficial for the Alliance", in Jolyon Howorth e John Keeler (eds.), *Defending Europe: The EU, NATO and the Quest for European Autonomy*, Nova Iorque/Hampshire: Palgrave, pp. 219-238.

Kanet, Roger & Ibryamova, Nouray, (2002) "NATO, The European Union and European Security", in Howard Hensel (ed.), *The United States and Europe: Policy Imperatives in a Globalizing World*, Aldershot, Ashgate, pp. 99-121.

Menon, Anand, (2003) "Why ESDP is Misguided and Dangerous for the Alliance", in Jolyon Howorth e John Keeler (eds.), *Defending Europe: The EU, NATO and the Quest for European Autonomy*, Nova Iorque/Hampshire: Palgrave, pp. 203-217.

Moens, Alexander, (2003) 'ESDP, the United States and the Atlantic Alliance', in Jolyon Howorth e John Keeler (eds), *Defending Europe: The EU, NATO and the Quest for European Autonomy*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 25-37.

Whitman, Richard, (2004) "NATO, the EU and ESDP: an emerging division of Labour?" *Contemporary Security Policy*, Vol. 25, Number 3, pp. 430-451.

Archick, Kristin & Gallis, Paul (2008) "NATO and the European Union", in CRS Report for Congress, pp. 1-24, em http://www.usembassy.at/en/download/pdf/nato_eu.pdf

Barry, Charles L. (1997) "Creating a European Security and Defense Identity", in Joint Force Quarterly, National Defense University, Spring 1997, pp. 62-69, em http://www.dtic.mil/doctrine/jel/jfq_pubs/14_15.pdf

Biscop, Sven (2006) "NATO, ESDP and the Riga Summit: No Transformation without Re-Equilibration" in Occasional papers series, European Union Center of Excellence Publication, Texas A&M University, pp. 1-20 em http://eucenter.tamu.edu/Publications/OccasionalPapers/NATO_ESDP_Riga_Summit.pdf

Davis, Samantha Paige (2003) "The Long Term Outlook for NATO and ESDP: Moving Toward Tighter Cooperation or the Breakup of the Western Alliance?", in Unraveling the European Security and Defense Policy Conundrum, Studies in Contemporary History and Security Policy, Peter Lang, Bern, Suíça, em <http://www.isn.ethz.ch/pubs/ph/details.cfm?lng=en&id=72>

deCamp, Jr., Colonel William S. (2005) "ESDP: NATO's Demise or Opportunities for NATO?", in Strategy Research Project, U.S. Army War College, Pennsylvania, em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/ksil117.pdf>

Larrabee, F. Stephen, (2006) "The US and the ESDP - Old Fears and New Approaches", in Strategic Yearbook 2006, European Security and Defence Policy, pp. 171-185., em <http://www.rand.org/pubs/reprints/RP1232/>

Larsen, Colonel Christopher (2006) "ESDP - Security or Consequences", in Strategy Research Project, U.S. Army War College, Pennsylvania, em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/ksil396.pdf>

Lebl, Leslie S. (2004) "European Union Defense Policy – An American Perspective", in Policy Analysis, Nº 516, The Cato Institute Publications, em <http://www.cato.org/pubs/pas/pa516.pdf>

Vershbow, Alexander R. (1999) "European Security and Defense Identity: Berlin, St. Malo, and Beyond", in Joint Force Quarterly, National Defense University, Spring 1999, pp. 52-55, em http://www.dtic.mil/doctrine/jel/jfq_pubs/1121.pdf

Winn, Neil (2003) "CFSP, ESDP, and the future of European Security: Whither NATO?", in The Brown Journal of World Affairs ,Vol. IX, nº2, pp.149-160 em <http://www.watsoninstitute.org/bjwa/archive/9.2/EU/Winn.pdf>

World Security Institute (2006) "NATO-EU Relations", WSI Publications, Bruxelas, em <http://www.wsibrussels.org/showarticle.cfm?id=191>

* Licenciado em RI pela Universidade do Minho. Estudante do Mestrado em RI na mesma Universidade.